

# Aviso de Contratação 4/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	152802-CAMPUS PIRANHAS INST. FED. DE EDUC. TEC AL	MONNYK RODRIGUES DO NASCIMENTO LIMA	26/12/2024 15:08 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23041.046498/2024 51

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS PIRANHAS

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 04/2024

(Processo Administrativo n.º 23041.046498/2024- 51)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Alagoas, Unidade, Campus Piranhas, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 10 de Janeiro de 2024**

**Horário da Fase de Lances: 08 :00 às 14:00**

**Link:** <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>

**Critério de Julgamento:** menor preço

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de empresa para o Fornecimento e Instalação de prancheta em MDF, na cor Branca com acabamento em fita resistente, Assentos e Encostos em polipropileno em formato ergonômico de cor verde para carteiras escolares do Instituto Federal de Alagoas Campus Piranhas-IFAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

Item	Especificação	Quant.
01	<b>Assento para carteira escolar, Linha People (Design Giancarlo Bisaglia)ou modelo compatível com a ferragem da carteira, cor VERDE.</b>  O assento deve ser produzido em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno), o qual deve ser fabricado pelo processo de injeção e deverá ser moldado anatomicamente com acabamento texturizado. Deve possuir dimensões aproximadas de 460 mm (largura) x 415 mm (profundidade) onde deverá apresentar em suas extremidades cantos arredondados, conforme ilustração abaixo. <b>INCLUIR PARAFUSOS OU REBITES E SERVIÇO DE MONTAGEM</b>	200
02	<b>Encosto para carteira escolar, Linha People (Design Giancarlo Bisaglia)ou modelo compatível com a ferragem da carteira, cor VERDE.</b>  O encosto deve ser fabricado em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno) injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado, deverá ter dimensões aproximadas de 460 mm (largura) x 335 mm (altura) onde deverá apresentar em suas extremidades cantos arredondados. O encosto deve ser unido à estrutura por dupla cavidade na parte posterior do encosto, que deverá se encaixar na estrutura metálica. O travamento do encosto deve ser por dois pinos fixadores, injetados em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno) que devem ser fabricados pelo processo de injeção. Esse fixador deve seguir a cor do encosto, onde deverá dispensar a presença de rebites ou parafusos. O encosto deve possuir furos que facilitarão a transferência térmica, conforme ilustração abaixo. <b>INCLUIR PARAFUSOS OU REBITES E SERVIÇO DE MONTAGEM</b>	200
03	<b>Prancheta na cor Branca.</b>  Prancheta (540x320x320mm) em resina ABS, acabamento texturizado, dotada de porta lápis /caneta. <b>INCLUIR PARAFUSOS OU REBITES E SERVIÇO DE MONTAGEM</b>	200

1.2. As carteiras escolares cujos assentos e encostos serão instalados, são do modelo exposto nas fotografias abaixo, e conforme consta impresso no assento original, as peças são da Linha People

(Design Giancarlo Bisaglia), motivo pelo qual optamos por solicitar da mesma linha ou modelo compaBvel com a ferragem da carteira .



1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A descrição completa dos itens encontra-se disposta no Termo de Referência, anexo a este aviso.

## 2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será adotado registro de preços para a contratação em tela.

## 3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2 O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.2.5. sociedades cooperativas.

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. *Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).*

*4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

*4.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;*

*4.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

*4.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

## 5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário* do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 2,00 (dois reais).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.



6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de ....., sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados

de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não será adotado registro de preços para a contratação em tela.

## 9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Não será adotado registro de preços para a contratação em tela.

## 10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para acusar o recebimento da *Nota de Empenho*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

*10.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

*10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

*10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitem anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% ( vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12; [A1]

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11. as peculiaridades do caso concreto;

11.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste

Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

*12.12.1. ANEXO I – Termo de Referência*

*12.12.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar*

*12.12.1.1. 1. Planilha de Custos e Formação de Preços*

*12.12.1.2. Modelo de declaração de dispensa*

Piranhas , ..... de Dezembro de 2024.

**Assinatura da autoridade competente**

### **13. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANTONIO IATANILTON DAMASCENO DE FRANCA**

Autoridade competente

**MARIANO ALEXANDRE DA SILVA NETO FILHO**

Diretor do departamento de Administração.

**JACKSON MOREIRA DE SOUZA**

Coordenador do setor de Suprimentos

**MONNYK RODRIGUES DO NASCIMENTO LIMA**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 05-Termo de Referencia 22\_2024.pdf (4.3 MB)



Termo de Referência 22/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2024	152802-CAMPUS PIRANHAS INST. FED. DE EDUC. TEC AL	MONNYK RODRIGUES DO NASCIMENTO LIMA	23/12/2024 19:09 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23041.046498/2024-51

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma em cadeiras do tipo universitária para o IFAL - Campus Piranhas, com fornecimento de materiais e substituição de peças, como assento e encosto em polipropileno em formato ergonômico de cor verde, e prancheta em MDF com acabamento em fita resistente de cor branca, conforme especificações, quantidade, características e exigências estabelecidas neste instrumento e descritas na tabela abaixo

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	<p>Assento para carteira escolar, Linha People (Design Giancarlo Bisaglia)ou modelo compatível com a ferragem da carteira, cor VERDE.</p> <p>Assento deve ser produzido em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno), o qual deve ser fabricado pelo processo de injeção e deverá ser moldado anatomicamente com acabamento texturizado. Deve possuir dimensões aproximadas de 460 mm (largura) x 415 mm (profundidade) onde deverá apresentar em suas extremidades cantos arredondados, conforme ilustração abaixo. <b>INCLUIR PARAFUSOS OU REBITES E SERVIÇO DE MONTAGEM.</b></p>	Unidade	200	R\$ 69,29	R\$ 13.858,00
	<p>Encosto para carteira escolar, Linha People (Design Giancarlo Bisaglia) ou modelo compatível com a ferragem da carteira, cor VERDE.</p> <p>O encosto deve ser fabricado em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno) injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado, deverá ter dimensões aproximadas de 460 mm (largura) x 335 mm (altura) onde deverá apresentar em suas extremidades</p>				

2	cantos arredondados. O encosto deve ser unido à estrutura por dupla cavidade na parte posterior do encosto, que deverá se encaixar na estrutura metálica. O travamento do encosto deve ser por dois pinos fixadores, injetados em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno) que devem ser fabricados pelo processo de injeção. Esse fixador deve seguir a cor do encosto, onde deverá dispensar a presença de rebites ou parafusos. O encosto deve possuir furos que facilitarão a transferência térmica, conforme ilustração abaixo. <b>INCLUIR PARAFUSOS OU REBITES E SERVIÇO DE MONTAGEM, SE NECESSÁRIO.</b>	Unidade	200	R\$ 52,90	R\$ 10.580,00
3	<b>Prancheta na cor Branca.</b>  Prancheta (540x320x320mm) em resina ABS, acabamento texturizado, dotada de porta lápis /caneta. <b>INCLUIR PARAFUSOS OU REBITES E SERVIÇO DE MONTAGEM.</b>	Unidade	200	R\$ 105,43	R\$ 21.086,00
Valor Total					R\$ 45.524,00

1.2. As carteiras escolares cujos assentos e encostos serão instalados, são do modelo exposto nas fotografias abaixo, e conforme consta impresso no assento original, as peças são da Linha People (Design Giancarlo Bisaglia), motivo pelo qual optamos por solicitar da mesma linha ou modelo compatível com a ferragem da carteira.



1.2. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte ) dias contados da homologação da dispensa de licitação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2024**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **10825373000155-0-000003/2024**

II) Data de publicação no PNCP: **17/12/2024**

III) Id do item no PCA: **85**

IV) Classe/Grupo: **872 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS**

V) Identificador da Futura Contratação: **152802-16/2024**

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. A empresa contratada (fornecedora) deverá, na fabricação das aquisições decorrentes desta dispensa de licitação, seguir integralmente as normas e diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU), disponibilizado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/>, e nas demais normas dos órgãos e entidades reguladores do tema.

4.1.3. A empresa contratada (fornecedora) deverá seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo, com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpelações das autoridades competentes.

4.1.4. A empresa contratada (fornecedora) deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

#### 4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### 4.4. Vistoria

4.4.1. Às empresas interessadas será facultada a realização de visita às dependências do Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas, mediante agendamento, para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, local de execução dos serviços, bem como para verificar as condições das cadeiras a serem reformadas e conhecer todas as informações relativas à sua descrição. Além disso, a vistoria prévia das cadeiras que serão reformadas contribuirá para que as CONTRATADAS EM POTENCIAL possam dimensionar de forma adequada todos os custos e encargos para a correta elaboração de suas propostas, oferecendo proposta com preço exequível, visto que as cadeiras escolares tipo

universitária do Campus possuem características técnicas específicas, sendo necessário o conhecimento pleno das condições e peculiaridades dos itens a serem substituídos que serão reformadas para atendimento pleno do objeto da contratação.

4.4.2. Será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia durante o prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do aviso de dispensa eletrônica em sítio eletrônico oficial. A vistoria prévia será acompanhada por servidor designado para esse fim, em data e horário previamente agendados com a autoridade competente do Campus. Dentro desse prazo, serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria.

4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. Caso a empresa opte por não vistoriar o local de execução dos serviços, deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do mobiliário a ser reformado, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do serviço, nos termos do Acórdão 1.174/2008 – Plenário - TCU. Nesse caso, a vistoria prévia será substituída por declaração formal (ANEXO II) preenchida pelo responsável técnico da empresa participante da dispensa eletrônica de que possui pleno conhecimento do local da execução dos serviços, do objeto e das condições e peculiaridades inerentes à contratação. Portanto, a não realização da vistoria prévia não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições, do local da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 30 (trinta) dias do recebimento da nota de empenho.

5.1.2. Confirmado o recebimento da nota de empenho, a CONTRATADA deverá agendar dia e horário com o fiscal do contrato para comparecer ao IFAL Campus Piranhas, no endereço indicado neste Termo de Referência, para execução do serviço. Caso este não possa ser concluído em um único dia, a CONTRATADA agendará o dia para início da execução da reforma do primeiro lote de 40 cadeiras para substituição de encostos, assentos, pranchetas e/ou demais materiais/peças danificados, que deverão ser substituídos dentro das dependências da CONTRATANTE. Após conclusão da reforma e devolução do primeiro lote de cadeiras à respectiva sala de aula, será disponibilizado o segundo lote de 40 cadeiras para reforma e assim sucessivamente. O prazo máximo para a conclusão do serviço de reforma das 200 cadeiras tipo universitária será de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data em que estas foram disponibilizadas pelo fiscal do contrato para início da execução do serviço;

5.1.3. A retirada das cadeiras do Campus para a execução do serviço de reforma nas dependências da CONTRATADA só será admitida em casos excepcionais, ou seja, naquelas situações em que a maior complexidade do procedimento a ser realizado justifique sua realização fora das dependências da CONTRATANTE (utilização de materiais e/ou equipamentos que exijam condições ambientais específicas para o seu manuseio e/ou cujo funcionamento possa ser comprometido com o transporte até o Campus, entre outras situações excepcionais previamente informadas e autorizadas pela CONTRATANTE);

5.1.4. Fica a CONTRATADA para a prestação do serviço obrigada a atender o prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis para reforma das 200 cadeiras tipo universitária do Campus, a contar da data em que estas foram disponibilizadas pelo fiscal do contrato para início da execução do serviço;

5.1.5. A reforma de cada lote de 40 cadeiras fica condicionada à devolução das cadeiras do primeiro lote devidamente reformadas e em plenas condições de uso, com atesto da execução do serviço pelo fiscal do contrato, mantendo-se o quantitativo de 40 cadeiras sob posse da CONTRATADA, de modo a garantir a continuidade das atividades letivas. O mesmo deverá ser observado para a entrega dos lotes subsequentes para reforma.

5.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho deverá ser entregue à CONTRATANTE na data de início da execução do serviço.

5.3. Cronograma de realização dos serviços: No prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento da nota de empenho, em data previamente acordada com o fiscal do contrato, a empresa deverá comparecer ao Campus Piranhas, no endereço indicado neste Termo de Referência, para iniciar os serviços de reforma das 200 cadeiras tipo universitária do Campus. O serviço de reforma deverá ser executado nas dependências do Campus, em local preestabelecido e disponibilizado pela

autoridade competente. Caso o serviço não possa ser executado em um único dia, a CONTRATADA deverá iniciar o serviço de reforma do primeiro lote de 40 cadeiras em até 30 (trinta) dias do recebimento da nota de empenho, devendo concluir a execução do serviço de reforma das 200 cadeiras em até 20 (vinte) dias úteis, com todos os reparos necessários realizados e que serão posteriormente atestados pelo fiscal.

## 5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Instituto Federal de Alagoas-Campus Piranhas, Avenida Sergipe, S/N, Bairro Xingó, Município de Piranhas, Estado de Alagoas, CEP 57460-000.

5.2.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: entre 09:00 e 16:00 horas, exceto em finais de semana e feriados.

## 5.3. Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

5.3.1.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.3.1.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.3.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 5.4. Materiais a serem disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

## 5.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.2. Substituição de 200 pranchetas em MDF, 200 assentos e 200 encostos em polipropileno rígido de boa duração e resistência, com adaptações ergonômicas mínimas, em cadeiras tipo universitária, conforme preceituado em normas técnicas vigentes, como a NR 17 do MTE e demais normas ISO atinentes a esse tipo de material e serviço;

## 5.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

# 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



7.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Cessão de crédito

7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.29.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.30. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

8.1.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2. Caso os critérios do caput e do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, não solucione o empate, será realizado sorteio entre as propostas empatadas.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

**Exigências de habilitação**

.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.5. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.6. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

**9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 45.524,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 45.524,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos e vinte quatro reais) calculado pela média de preços ofertados por fornecedores desse tipo de serviço.

**10. Adequação orçamentária****10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26402/152802;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 231719;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: L0000P0138N;

**11. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANTONIO IATANILTON DAMASCENO DE FRANCA**

Autoridade competente

**MARIANO ALEXANDRE DA SILVA NETO FILHO**

Diretor Administrativo

**JACKSON MOREIRA DE SOUZA**

Coordenador do setor de Suprimentos.

**MONNYK RODRIGUES DO NASCIMENTO LIMA**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Tecnico Preliminar 23\_2024.pdf (3.75 MB)

# Estudo Técnico Preliminar 23/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23041.046498/2024-51

## 2. Descrição da necessidade

- 2.1. Para o cumprimento de sua missão institucional, o Instituto Federal de Alagoas, Campus Piranhas- IFAL /CPIR, investe nas áreas administrativa e de ensino, priorizando as ações do planejamento estratégico. Tendo em vista a finalidade educativa do Instituto, faz-se necessária a melhoria dos ambientes internos das salas de aula e, para isso, a contratação de empresa para realizar serviços de reforma nas cadeiras escolares utilizadas pelos alunos, com o objetivo de substituir os materiais e peças danificados, mostra-se sobremaneira imprescindível.
- 2.2. As cadeiras tipo universitária são frequentemente utilizadas no ambientes educacionais e, devido ao uso contínuo, estão sujeitas a desgastes naturais. A reforma garante a preservação e prolongamento da vida útil desses móveis, reduzindo a necessidade de novas aquisições, que geralmente mais econômico do que adquirir novos itens. Além disso, a recuperação das cadeiras representa uma gestão eficiente dos recursos financeiros disponíveis.
- 2.3. A contratação de uma empresa especializada assegura que as cadeiras sejam reformadas de acordo com padrões de qualidade estabelecidos, mantendo a uniformidade e segurança no uso, contribui para práticas sustentáveis, minimizando o descarte de mobiliário em aterros e reduzindo o impacto ambiental associado à fabricação de novos itens.
- 2.4. Ambientes educacionais demandam mobiliário em boas condições para o adequado desenvolvimento das atividades pedagógicas. A reforma das cadeiras visa suprir essa necessidade, evitando a interrupção de atividades por falta de infraestrutura. Portanto, frise-se que essa contratação se coaduna com as diretrizes definidas pelo decreto 8.540/2015, visto que, diante da essencialidade do objeto e do relevante interesse público, visa-se a economia e a proteção dos recursos institucionais

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	MARIANO ALEXANDRE DA SILVA NETO FILHO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. O objeto desta ação, seus componentes, sua natureza e especificação técnica estarão detalhadamente descritos no Termo de Referência. Constituem requisitos mínimos para a contratação:
- a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da realização dos serviços, sejam de natureza social ou a título de indenização, e de eventuais acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, responsabilizando-se também por danos a terceiros; assim como, caso seja necessário, todos os custos com o transporte para a retirada e retorno das cadeiras ao IFAL/CPIR;

b) Assinar Termo de Responsabilidade pela guarda temporária de móveis, caso seja necessária a retirada das cadeiras para reforma, a partir da data de sua retirada até a entrega das mesmas à instituição, uma vez que os serviços deverão ser executados nas dependências da CONTRATANTE, salvo condições excepcionais que tornem inviável a realização do serviço no Campus;

- c) Efetuar a realização dos serviços nas condições, especificações e prazos constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: realização dos serviços de reforma das cadeiras (substituição de encostos, assentos, pranchetas e demais materiais/peças danificados) com fornecimento de materiais, peças, ferramentas e equipamentos necessários para a sua execução; e prazo de garantia dos materiais e peças substituídos;
- d) Os materiais/peças a serem substituídos nas cadeiras deverão ser novas (virgens), para primeiro uso, e não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos previamente utilizados ou falsificados;
- e) Caberá ao CONTRATADO repetir procedimentos às suas próprias custas para corrigir falhas verificadas, principalmente na hipótese de realização dos serviços e/ou substituição de materiais/peças em desacordo com as condições pactuadas;
- f) Ressarcir os danos causados em equipamentos e/ou outros bens de propriedade da CONTRATANTE, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado;
- g) Entregar o produto após o reparo ou reforma de acordo com as normas técnicas em vigor e utilizando mão de obra especializada;
- h) Comunicar ao fiscal designado para o contrato o término do serviço e devolução das cadeiras retiradas devidamente reparadas, a fim de que ele proceda ao recebimento provisório, conforme especificado no Termo de Referência;
- i) O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços ou por vícios dos materiais/produtos utilizados;
- j) Executar o contrato ao longo da sua vigência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, seguindo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) O prazo de garantia deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses para todos os itens do serviço contratado.

## 5. Levantamento de Mercado

- Técnica: A substituição de partes danificadas de mobiliário escolar é tecnicamente viável com a disponibilidade de encostos e assentos em polipropileno e Prancheta (540x 320x 320mm) em resina ABS, acabamento texturizado, dotada de porta lápis/caneta.
- Econômica: A análise preliminar sugere que a compra de componentes separados é mais econômica do que a aquisição de novas carteiras completas, além de reduzir os custos associados ao descarte e substituição total.
- Sustentabilidade: Utilizando polipropileno reciclável e promovendo a manutenção em vez de descarte, a proposta alinha-se com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

### 5.1. Fornecedores e Orçamento

5.1.1. A identificação de fornecedores capazes de atender às especificações técnicas será realizada por meio de um processo de dispensa de licitação eletrônica com disputa, garantindo transparência e obtenção de valores competitivos. Um orçamento preliminar deve ser estabelecido com base nas quantidades necessárias estimadas após uma inspeção detalhada das condições atuais das carteiras escolares.

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 11.871, de 2023, valor atualizado para R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)).

5.1.2. Não será realizado procedimento licitatório por meio de pregão, considerando o baixa valor, e tratar-se de item específico para demanda pontual.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Com base nas informações adquiridas durante a etapa de Levantamento de Mercado, a solução mais viável apontada foi a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reforma (substituição de encostos, assentos, pranchetas e demais materiais/peças danificados) em cadeiras tipo universitária.

6.2. Considerando o valor estimado da contratação, a solução adequada para atender à necessidade de aquisição mencionada é a Dispensa Eletrônica de Licitação, conforme previsão da Lei 14.133/2021, com disputa aberta a fornecedores de todo Brasil. A solução escolhida teve como objetivo atender à demanda de melhoria dos ambientes internos das salas de aula do Campus Piranhas, proporcionando um ambiente seguro para o processo de aprendizagem, garantindo o conforto dos alunos e melhorando o aspecto estético das salas de aula do Campus.

6.3. Os materiais/peças a serem fornecidos devem ser novos (para primeiro uso), de boa qualidade e durabilidade, possuindo requisitos que assegurem sua utilização eficiente sem oferecer risco de quebra pelo uso constante; devem possuir acabamentos que não ofereçam riscos de acidentes, além de características ergonômicas adequadas ao uso, conforme normas técnicas vigentes.

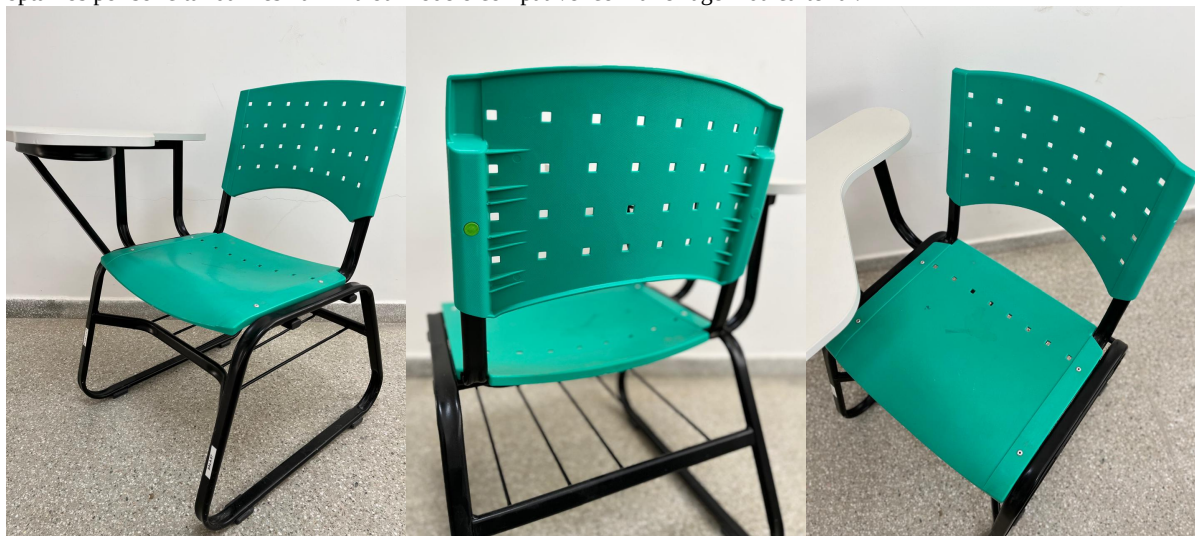
## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Prestação de serviços de reforma para substituição de encostos, assentos, pranchetas e outros componentes de 200 cadeiras tipo universitária, com fornecimento de materiais, peças, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução.

Item	Descrição	Quantidade
1	<b>Assento para carteira escolar, Linha People (Design Giancarlo Bisaglia) ou modelo compatível com a ferragem da carteira, cor VERDE.</b>  assento deve ser produzido em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno), o qual deve ser fabricado pelo processo de injeção e deverá ser moldado anatomicamente com acabamento texturizado. Deve possuir dimensões aproximadas de 460 mm (largura) x 415 mm (profundidade) onde deverá apresentar em suas extremidades cantos arredondados, conforme ilustração abaixo. <b>INCLUIR PARAFUSOS OU REBITES E SERVIÇO DE MONTAGEM</b>	200
2	<b>Encosto para carteira escolar, Linha People (Design Giancarlo Bisaglia) ou modelo compatível com a ferragem da carteira, cor VERDE.</b>  O encosto deve ser fabricado em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno) injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado, deverá ter dimensões aproximadas de 460 mm (largura) x 335 mm (altura) onde deverá apresentar em suas extremidades cantos arredondados. O encosto deve ser unido à estrutura por dupla cavidade na parte posterior do encosto, que deverá se encaixar na estrutura metálica. O travamento do encosto deve ser por dois pinos fixadores, injetados em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno) que devem ser fabricados pelo processo de injeção. Esse fixador deve seguir a cor do encosto, onde deverá dispensar a presença de rebites ou parafusos. O encosto deve possuir furos que facilitarão a transferência térmica, conforme ilustração abaixo. <b>INCLUIR PARAFUSOS OU REBITES E SERVIÇO DE MONTAGEM, SE NECESSÁRIO.</b>	200
3	<b>Prancheta na cor Branca.</b> Prancheta (540x320x320mm) em resina ABS, acabamento texturizado, dotada de porta lápis /caneta. <b>INCLUIR PARAFUSOS OU REBITES E SERVIÇO DE MONTAGEM.</b>	200



As carteiras escolares cujos assentos, encostos e pranchetas serão instalados, são do modelo exposto nas fotografias abaixo, e conforme consta impresso no assento original, as peças são da Linha People (Design Giancarlo Bisaglia), motivo pelo qual optamos por solicitar da mesma linha ou modelo compatível com a ferragem da carteira.



## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 45.524,00

8.1. Esta contratação está estimada no montante de R\$ 45.524,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos e vinte quatro reais) calculado pela média de preços ofertados por fornecedores desse tipo de serviço.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução escolhida não demandará parcelamento, mas por se tratar de mobiliário indispensável à realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Campus, caso a reforma (substituição de encostos, assentos, pranchetas e demais componentes) das 200 cadeiras não possa ser concluída em um único dia, a execução do serviço poderá ser realizada por lotes de 40 cadeiras, garantindo a continuidade das atividades letivas. Como o serviço contratado deverá ser executado nas dependências do Campus, as cadeiras poderão ser retiradas das salas de aula e reformadas em lotes compostos por 40 unidades (quantitativo existente em cada sala) em local previamente autorizado. Cada lote de cadeiras reformadas deverá ser devolvido em sua totalidade antes da retirada do próximo lote. Essa dinâmica de execução do serviço é imprescindível para a garantia da continuidade das atividades letivas desenvolvidas na Instituição e o descumprimento dessa exigência resultaria em prejuízos para a execução do calendário acadêmico.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Essa contratação não tem correlação com outras em andamento e/ou já concluídas por este Campus.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra fundamento no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFAL 2019-2023 (disponível na página do IFAL – PDI 2019-2023), alinhada sobretudo aos seguintes objetivos:

11.1.1. " Objetivo estratégico no 2: Assegurar aos discentes condições de permanência e conclusão com êxito;"

11.1.2. "Objetivo estratégico no 4: Otimizar a oferta de cursos e número de vagas, garantindo a infraestrutura física e tecnológica adequadas para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas, proporcionando à sociedade possibilidade de acesso aos cursos ofertados, assegurando as condições de infraestrutura física /administrativa e pedagógica."

11.2. Além disso, a demanda encontra-se alinhada com o Plano Anual de Contratações do IFAL para 2024.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Manutenção da qualidade técnica, ergonômica e estética das cadeiras escolares, proporcionando um ambiente educativo seguro e em compatibilidade com as exigências de conforto necessárias para a maximização do processo de aprendizagem. Melhoria dos ambientes de sala de aula para o público discente e demais usuários.

12.2. Evitar despesas com novas aquisições de cadeiras, promovendo, de forma sustentável, o racionamento de recursos financeiros e materiais, na medida em que serão reutilizadas as cadeiras já existentes, promovendo também um melhor conforto aos usuários do Instituto Federal de Alagoas, Campus Piranhas- AL além de dirimir os impactos ao meio ambiente.

12.3. Por fim, frise-se que essa contratação se coaduna com as diretrizes definidas pelo decreto 8.540/2015, visto que, diante da essencialidade do objeto e do relevante interesse público, visasse à economia e à proteção dos recursos institucionais, além do cumprimento dos objetivos institucionais do IFAL.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Foi aberto processo administrativo para contratação de serviço; realizado levantamento de mercado; cotação de preço por item para chegar a um preço médio final que, sendo inferior ao disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021, ensejará a realização de uma dispensa eletrônica. Para a execução do serviço contratado não será necessária a adoção de providências prévias, tendo em vista que o mesmo já inclui o fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, assim como a substituição de peças, devendo ser executado nas dependências da instituição. No que se refere à fiscalização de contratos, os servidores do Campus já possuem qualificação para recebimento, conferência e atesto dos serviços realizados, não sendo o objeto atual específico a ponto de exigir capacitação diferenciada

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Deve-se observar a necessidade de que, quando possível, os materiais entregues observem as normas ambientais vigentes. É comum que os materiais enviados por meio de transportadoras venham envolvidos em caixas de papelão, isopores e plásticos para promover a proteção dos objetos, bem como a realização do transporte dos itens, desta forma, as respectivas embalagens dos materiais utilizados pela CONTRATADA para a execução do serviço devem ser descartados em local adequado, evitando danos ao ambiente.

14.2. Considerando que a contratação trata da prestação de serviço comum, cujos padrões de execução e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, não foram incluídos os requisitos de sustentabilidade ambiental nem adotados critérios de sustentabilidade aos licitantes.

14.3. A adoção de requisitos de sustentabilidade não se aplica porque não são itens sustentáveis e não há como mensurar ou exigir alguma certificação sem prejudicar a concorrência entre os licitantes e sem restringir o universo concorrencial.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Declaramos viável a contratação, por entender que o objeto é de extrema necessidade no momento para reposição e manutenção das carteiras danificadas, sendo viável economicamente e sustentável ambientalmente.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIANO ALEXANDRE DA SILVA NETO FILHO**  
COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**JACKSON MOREIRA DE SOUZA**  
COORDENADOR DO SETOR DE SUPRIMENTOS.

**MONNYK RODRIGUES DO NASCIMENTO LIMA**  
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO.



## INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL CAMPUS PIRANHAS

## PLANILHA DE APURAÇÃO DA VANTAJOSIDADE

<b>OBJETO:</b>	Processo destinado à Contratação de empresa para o Fornecimento e Instalação de prancheta em MDF com acabamento em fita resistente, Assentos e Encostos em polipropileno em formato ergonômico de cor verde para carteiras escolares do Instituto Federal de Alagoas Campus Piranhas-IFAL		Período das pesquisas de preços
<b>PROCESSO:</b>	23041.046498/2024-51		20/11 a 12/12/2024

ITEM	UNIDADE	QUANT.	DESCRIÇÃO RESUMIDA	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	INEXEQUIBILIDADE (70%)	EXCESSIVIDADE (130%)	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	PREÇO TOTAL MÉDIO
				PREÇO UNIT.	PREÇO UNIT.	PREÇO UNIT.				
1	unidade	200	<b>Assento para carteira escolar na cor Verde</b>  O assento deve ser produzido em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno), o qual deve ser fabricado pelo processo de injeção e deverá ser moldado anatomicamente com acabamento texturizado. Deve possuir dimensões aproximadas de 460 mm (largura) x 415 mm (profundidade), onde deverá apresentar em suas extremidades cantos arredondados, conforme ilustração abaixo. Incluir serviço de montagem.	74,47	68,32	65,07	R\$ 48,50	R\$ 90,07	<b>R\$ 69,29</b>	<b>R\$ 13.858,00</b>

## Planilha de apuração de preço médio

2	unidade	200	<b>Encosto para carteira escolar na cor verde.</b>  O encosto deve ser fabricado em termoplás,co de engenharia (Copolímero de Polipropileno) injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado, deverá ter dimensões de 460 mm (largura) x 335 mm (altura) onde deverá apresentar em suas extremidades cantos arredondados. O encosto deve ser unido à estrutura por dupla cavidade na parte posterior do encosto, que deverá se encaixar na estrutura metálica. O travamento do encosto deve ser por dois pinos fixadores, injetados em termoplás,co de engenharia (Copolímero de Polipropileno) que devem ser fabricados pelo processo de injeção. Esse fixador deve seguir a cor do encosto, onde deverá dispensar a presença de rebites ou parafusos. O encosto deve possuir furos que facilitarão a transferência térmica, conforme ilustração abaixo. Incluir serviço de montagem	54,19	51,61	R\$47,79	R\$ 37,03	R\$ 68,77	<b>R\$ 52,90</b>	<b>R\$ 10.580,00</b>
3	unidade	200	<b>Prancheta na cor Branca.</b>  Prancheta (540x320x320mm) em resina ABS, acabamento texturizado, dotada de porta lápis/caneta.Incluir serviço de montagem	114,95	105,46	95,88	R\$ 73,80	R\$ 137,06	<b>R\$ 105,43</b>	<b>R\$ 21.086,00</b>
<b>PREÇO TOTAL MÉDIO ESTIMADO DA LICITAÇÃO</b>										<b>R\$ 45.524,00</b>

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A \_\_\_\_\_ empresa  
\_\_\_\_\_, CNPJ  
\_\_\_\_\_, por intermédio do (a) Senhor (a)  
\_\_\_\_\_, indicado  
expressamente como seu representante, declara, para os devidos fins de comprovação  
junto ao Instituto Federal de Alagoas – Campus Benedito Bentes, que a empresa tem  
conhecimento do serviço a ser prestado e optou por não visitar o local da prestação de  
serviços, estando, assim, ciente de todas as especificações técnicas e de estrutura  
presentes no instrumento convocatório e seus anexos, não podendo, em momento  
posterior, alegar a falta de conhecimento das referidas especificações para justificar  
eventuais futuros descumprimentos em relação ao Termo de Referência e anexos.  
**Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes.**

Declaro que me foi dado acesso às dependências do referido edifício, através de cláusula  
expressa no Termo de Referência e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento  
suficiente para prestar o serviço com as informações prestadas no Termo de Referência.

Piranhas/AL, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Nome do declarante:

\_\_\_\_\_

Documento de identidade:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(Empresa)